

28 FEV 1989

GAZETA MERCANTIL — Terça-feira

Aços relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 1144451

Congresso

GOVERNO

Executivo depende de Legislativo para liberar verbas prioritárias

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O Executivo não terá outra alternativa, para normalizar a liberação de verbas prioritárias e o crédito à agricultura, exportações e às indústrias, senão submeter ao Congresso um projeto de alteração da lei orçamentária — já que a amplitude dos vetos presidenciais à proposta do Orçamento Geral da União inviabilizou a simples reconstituição parcial de dotações mediante créditos especiais, como pretendia o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

A constatação é de técnicos da área orçamentária do Legislativo, que ontem à noite estiveram reunidos com o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento (Se-

plan), Pedro Pullen Parente. A comissão mista de orçamento do Congresso concluiu a avaliação técnica dos vetos presidenciais, que agora devem ser apreciados em plenário antes que o Executivo possa fazer qualquer novo movimento. Nem mesmo as verbas do orçamento das operações oficiais de crédito podem ser restabelecidas antes disso.

Os ministros da área econômica vêm repassando às lideranças parlamentares as pressões recebidas de empresários preocupados com a falta de definição dos créditos oficiais. Até o mês passado a Seplan estava disposta a restabelecer, via pedido de crédito especial, cerca de NCz\$ 13,7 bilhões em financiamentos para a agricultura, indústria e exportações, que in-

tegram o orçamento de crédito, bem como algumas verbas prioritárias do orçamento fiscal (como aquelas destinadas ao programa da merenda escolar).

Mas a área jurídica do governo descobriu que isso não pode ser feito antes da apreciação dos vetos.

Diante da reação do Congresso à extensão dos vetos — que foram utilizados nestes primeiros dois meses do ano como parte do controle do déficit público — será necessário buscar agora uma nova fórmula, que a comissão mista de orçamento entende ser um projeto de alteração de toda a lei orçamentária. Assessoras do ministro Batista de Abreu informaram ontem que a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) vai precisar de mais três semanas para concluir a remontagem da peça orça-

mentária, já que, além dos vetos e do contingenciamento de 50%, impostos pelo Plano Verão, terá de levar em conta também o novo corte de 55,08% na rubrica de "outros custeios e capital" dos ministérios.

O prazo para os ministérios entregarem à Seplan suas sugestões termina hoje, caso contrário será adotado um corte linear no total de NCz\$ 6,5 bilhões. Com esses dados em mãos, a SOF ainda precisa de mais duas semanas, pelo menos, para processar a nova versão do orçamento fiscal. Apesar desta indefinição, a Seplan está concluindo nesta semana a montagem das metas macroeconômicas (que irão ao Fundo Monetário Internacional) levando em conta todos os cortes e vetos, de modo a praticamente zerar o déficit público deste ano.

132